

*As origens do pensamento marxiano (I):
crítica da economia política como crítica da especulação*

Leonardo Gomes de Deus*

Resumo:

O artigo analisa as novas publicações de manuscritos marxianos, para abordar as origens da crítica da economia política, colocando em perspectiva alguns dos textos já conhecidos do jovem Marx, bem como a formação da crítica da economia política.

Palavras-chave:

Karl Marx; economia política; marxismo.

*The origins of the marxian thought (I):
the critique of political economy as a critique of speculation*

Abstract:

The article analyses recently published manuscripts by Marx in order to put in perspective some of his well known works from his early years and its contribution to the formation of the critique of the political economy.

Key words:

Karl Marx; political economy; marxism.

* Doutor em economia pela UFMG e professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Introdução

Se a crítica da economia política abarcasse todo pensamento marxiano, superado o capitalismo, não faria sentido o seu estudo. Marx, porém, aplicou-se nesses estudos durante parte importante de sua vida, também formulando aí parte de seu pensamento mais geral. Não se tratava de exercício teórico apenas, mas antes de criar as armas ideais do combate prático em que estava inserido. A compreensão dos anos de criação de *O capital*, portanto, apresenta um significado que ultrapassa a teoria, permitindo-nos avaliar o processo de redação de Marx e sua visão dos processos sociais que o conduziram à crítica da economia política. Para tanto, a publicação da nova MEGA tem sido de grande utilidade, notadamente sua segunda seção, sobre *O capital* e seus materiais preparatórios, cuja publicação foi concluída em setembro de 2012.

Este artigo constitui um passo atrás, para os avanços seguintes. Publico a primeira parte da gênese do pensamento econômico marxiano, os escritos em que ainda não está delineada a crítica da economia política. Talvez exista certo viés nessa leitura, avaliar o jovem Marx à luz do Marx maduro, como fez Brás Cubas. No segundo artigo, porém, esse procedimento restará plenamente justificado. Afinal, nas duas pontas da vida, Marx está a buscar o mesmo objetivo: fornecer armas para a revolução que não tardava.

Neste primeiro artigo, portanto, estuda-se o percurso que vai de 1843, quando da descoberta da economia política, até 1850, quando cessa a vaga revolucionária de 48 e Marx prossegue seus estudos sobre economia e também tecnologia em Londres. Aqui já se ressalta a contribuição da MEGA, que aparece na forma da leitura dos excertos marxianos, publicados na quarta seção da coleção. Revela-se, com isso, como a leitura sempre foi, para Marx, parte de sua elaboração teórica. Tanto neste texto como no seguinte, trata-se de analisar os excertos, os manuscritos inéditos e, finalmente, os textos publicados, procedimento que nos parece correto. Embora eles não ofereçam mudanças da visão já estabelecida da obra de Marx, permitem uma visão mais completa de seu processo de criação, ou seja, fazem ver como emerge a polêmica com a ciência econômica de seu tempo.

No segundo artigo, será analisada a década de ouro do pensamento econômico de Marx, os anos de 1860, em que o autor não só esboça, redige e publica o livro primeiro de *O capital*, como também elabora grande parte do material utilizado na edição realizada por Engels dos livros segundo e terceiro, postumamente publicados. Em última análise, no período a ser estudado, ainda que de modo incompleto, Marx atinge um plano completo para sua obra econômica, coisa que se tratará de demonstrar.

Além das considerações finais e desta introdução, o artigo é composto de quatro seções, respectivamente dedicadas à crítica de 1844 de Engels, os escritos de Paris, a *Miséria da filosofia* e *Trabalho assalariado e capital*, de Marx.

Engels e o primeiro esboço da crítica da economia política (1844)

O primeiro esforço intelectual de crítica da economia política não foi empreendido pelo próprio Marx, mas por Engels, em 1844, no “Esboço para uma crítica da economia política”, também publicado nos *Anais franco-alemães*¹. A motivação de Engels e o contexto da redação diferem sobremaneira daqueles que conduziram Marx ao estudo da economia política, embora não se possa negar a influência que essa obra e a preocupação de Engels com o tema tiveram na obra marxiana².

O ponto de partida do “Esboço” é a constatação da antítese entre as promessas da nascente economia política – vinculadas àquelas do Iluminismo – livre comércio, internacionalismo, cosmopolitismo, liberdade individual etc. e o sistema da propriedade privada que efetivamente teve de defender no século XIX, baseado na selvagem indústria de então e até mesmo na escravidão. Engels o classifica de imoral e a economia política, por conseguinte, de hipócrita. Se poderiam ser perdoados seus autores clássicos, como Smith e mesmo Ricardo, dado que o sistema não estava completamente acabado, os economistas posteriores deveriam ser criticados justamente por tentarem encobrir a realidade contraditória e imoral que tinham diante de si. Ele afirma que “Ricardo é mais culpado que Adam Smith e MacCulloch e Mill são mais culpados que Ricardo” (Engels, In: *MEW 1*, p. 501)³.

A crítica de Engels se reveste precisamente de um componente moral e concentra suas forças no sistema da propriedade privada, desenvolvendo, nesse quesito, argumentação semelhante àquela encontrada nos textos marxianos do período. O primeiro argumento é a crítica da expressão “riqueza nacional”, uma vez que seu aumento

1 Como editor dos *Anais*, Marx tomou conhecimento do texto em 1843. No verão de 1844, redigiu duas páginas de excertos sobre ele, depois de estudar os autores citados por Engels. Cf. Marx, In: *MEGA IV/2*, p. 486.

2 A obra é relativamente das mais citadas em *O capital*, assim como em seus esboços.

3 Semelhante passagem das aspirações legítimas do Iluminismo à pura defesa do existente se detecta em Goethe, no Hegel da *Fenomenologia* comparado com aquele da *Filosofia do Direito* e até mesmo na música, desde Mozart até o último Beethoven. Expressões do período que vai da Revolução Francesa à Restauração, da luta burguesa por sua afirmação até a luta pela preservação do status alcançado. (Cf. Ibaney Chasin, 1999).

não implica o enriquecimento de todos os nacionais, sendo a Inglaterra o melhor exemplo. Ou por outra, os “vícios privados e benefícios públicos” não corresponderam à expectativa de seus defensores, já que, embora tenha havido enriquecimento nacional, ele se deu à custa do empobrecimento de grande parte da população. Além disso, para Engels, o comércio depende, na modernidade, da propriedade privada e, por isso, estaria evadido de todas as práticas danosas do tempo do mercantilismo, com o mesmo objetivo de enriquecimento⁴. Todo o avanço civilizatório promovido pelo livre-comércio acabou por servir, contraditoriamente, aos interesses da propriedade privada, levando a sociedade de um conjunto de pequenos monopólios nacionais ao monopólio de um único sistema, a propriedade privada. Assim Engels afirma, bem ao contrário do *Manifesto comunista*, que os avanços do “sistema de livre-comércio”, como internacionalização, paz mais duradoura, serviram apenas à avareza da propriedade privada. E, tal como na *Crítica de 43*, aponta que, em todo lugar, a universalidade se revela impregnada pelo particularismo da propriedade privada, a dissolução na liberdade universal apenas afirmou o interesse egoísta. Engels arremata, porém, que os economistas acabam por servir a uma causa que desconhecem, àquela da “grande transformação para a qual o século se dirige, a reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesma” (Engels, In:MEW 1, p. 505).

A “categoria seguinte condicionada pelo comércio é o *valor*”, diz Engels na abertura da seção seguinte. Trata-se da seção mais fraca da obra, como sua abertura já indica⁵. Com efeito, Engels revela uma total incompreensão da questão do valor, tanto nas obras clássicas quanto nas posteriores. Em primeiro lugar, partindo da distinção entre valor real, ou abstrato, e valor de troca, situa o debate quanto à essência do valor real entre o ponto de vista inglês, que vincularia o valor aos custos de produção, e o francês, que vincularia o valor à utilidade. Para Engels, as duas escolas acabam por confundir valor real com valor de troca e, em verdade, ele diz, “O valor de uma coisa inclui os dois fatores, que são separados arbitrariamente pelas partes em contenda e, como vimos, sem sucesso. O valor é a relação dos custos de produção com a utilidade” (p. 505). Sendo os custos de produção de duas coisas iguais, a utilidade seria determinante para a decisão de sua produção. Ademais, em qualquer dos casos, o valor real parece ser determinado pela troca, pelo ato de troca. Para a equalização de utilidades ou do próprio valor, na troca, é necessária a introdução da competição e, conseqüentemente, o preço seria o valor real a ela submetido. Uma vez mais, Engels vê na economia política uma apologia do comércio e, por conseguinte, do sistema da propriedade privada. Face ao comércio e à troca, a teoria do valor perderia interesse, reduzida apenas às decisões de produção. Em verdade, considerando os elementos que constituiriam o marginalismo e a ciência econômica posterior, já em 1844 havia indícios, em autores como Bailey, Senior e Foster Lloyd, de tematizações contrárias à teoria clássica do valor.

Prosseguindo sua argumentação, Engels analisa a tripartição do valor em renda da terra, lucro do capital e salário do trabalho. Afirma que, como o capital é “trabalho acumulado”, de acordo com os economistas, trabalho e capital seriam idênticos e haveria apenas dois fatores em verdade, terra e trabalho. E, mais ainda, apenas o homem e a natureza, o lado subjetivo e o lado objetivo da produção, incluindo-se no lado subjetivo a inventividade, o esforço mental despendido para aprimorar a produção, algo que escapa a muitos economistas⁶. No caso da terra, a renda seria decorrência do monopólio e da concorrência por um bem escasso, e não das diferentes produtividades de terrenos empregados, conforme afirma a teoria ricardiana. Porém, para uma definição correta da renda, uma vez mais, há que se combinar as duas teorias e, com isso, a renda se define como a “relação entre a produtividade do solo, o lado natural (que, por sua vez, consiste na condição *natural* e no cultivo *humano*, no trabalho empregado na melhoria) – e o lado humano, a concorrência” (Engels, In:MEW 1, p. 510, grifo do autor). Em última análise, a escassez da terra, condicionada por sua produtividade, acaba por determinar a renda, que, portanto, acaba por se reduzir ao roubo, já que o proprietário da terra não tem qualquer interesse em prover alimentos para a população, mas apenas em obter a maior renda possível. Assim, enigma revelado da renda fundiária, para Engels, também é a propriedade privada⁷.

Do mesmo modo, o capital tem sua origem na propriedade privada, “trabalho acumulado” que se torna substrato do próprio trabalho. E, uma vez separados, o capital também se divide novamente para originar o lucro. Por sua vez, o lucro se divide em lucro propriamente e juros. E todas essas divisões são consequência da divisão da humanidade entre trabalhadores e capitalistas. As divisões entre terra e capital, entre capital e trabalho, entre renda, lucro e salário, portanto, são divisões originadas pela propriedade privada. Possuem, no entanto, uma fonte comum, um denominador comum que Engels trata de explicitar:

4 Ironicamente, o autor ainda considera o enriquecimento, aqui, como tendo a mesma origem dos tempos do mercantilismo, venda acima do preço de compra.

5 Essa é também a visão de Mandel (1972, p.15). Para ele, a seção sobre o valor indica “que Engels nem compreendeu, nem aprofundou Ricardo no momento de redigir esse trabalho”.

6 Essa passagem mostra a influência de Feuerbach também em Engels naquele momento. A tematização marxiana, nos *Manuscritos de 1844*, já se revela bastante diferente, conforme está demonstrado em Costa (1999).

7 Todo o texto revela também a influência de Proudhon.

Se abandonamos a propriedade privada, então todas essas divisões não-naturais desaparecem. A diferença entre renda e lucro desaparece; capital nada é sem trabalho, sem movimento. O lucro, seu significado se reduz ao peso que o capital coloca na determinação dos custos de produção e, assim, permanece inerente ao capital, assim como ele mesmo reverte à sua unidade original com o trabalho.” (p. 512)

Abolida a propriedade privada, o “principal fator de produção”, a “fonte da riqueza”, o trabalho, emerge em seu significado verdadeiro e tem, assim, sua própria e verdadeira remuneração. Submetido à concorrência, não pode o trabalho ter sua exata participação – salário – na produção. Abolida a separação entre o trabalho e o salário então alienado (*veräußerter Arbeitslohn*), pode-se determinar “o significado do trabalho para a determinação dos custos de produção para uma coisa” (p. 510).

Tendo situado a concorrência como principal consequência do sistema da propriedade privada a partir do liberalismo, que opõe a natureza ao homem, a terra ao trabalho, o capital à terra e, finalmente, o trabalho ao capital, Engels arremata com mais uma contradição: a concorrência defendida pelos economistas clássicos acaba por levar ao monopólio, a luta pelo interesse egoísta supõe, por definição, a busca pelo monopólio.

Da concorrência segue também que oferta e demanda sempre tendem ao equilíbrio, com esforço, mas nunca o atingem e, ao contrário do que supõem os economistas, as crises periódicas revelam exatamente o desequilíbrio de um sistema em que os agentes não controlam nem oferta nem demanda. Com isso, os preços oscilam além ou aquém do valor e, portanto, a própria teoria do valor defendida pelos economistas se revela inútil. E, sobretudo, o desequilíbrio gerado pela concorrência entre capitais, entre capital e trabalho e entre trabalhadores leva necessariamente à produção de bens supérfluos, às crises e, finalmente ao empobrecimento. Tais circunstâncias, segundo Engels, não podem ser explicadas pela economia política. Simplesmente porque a defesa da concorrência, tão virtuosa ainda entre os fisiocratas, Smith ou Ricardo, tornou-se dogma para os economistas posteriores, incapazes de constatar seus efeitos danosos.

A solução encontrada pelos economistas para dar conta desse problema foi a “teoria da população”, tal qual formulada por Malthus, que Engels trata de criticar tomando por base Archibald Alison, na melhor parte do artigo. Seu ponto de partida é o fato de que a força produtiva humana é infinita, uma vez que a população pode crescer constantemente, levando ao aumento também do “trabalho acumulado”, ou seja, não se deve considerar a produtividade do solo, mas a produtividade da sociedade como um todo⁸. Além disso, a produtividade do solo também pode ser constantemente aprimorada com mais capital, trabalho e ciência. De acordo com Engels, as pressões que a população exerce sobre o volume produzido decorrem das já citadas separações entre o homem e a natureza, entre capital e trabalho etc. Com efeito, o aumento populacional sempre supõe o aumento da capacidade produtiva, uma vez que cada trabalhador sempre é capaz de produzir um excedente em relação a seu próprio consumo. O emprego dos fatores, porém, é condicionado pela concorrência e, com isso, há desequilíbrio entre oferta e demanda, crises, empobrecimento.

A competição faz com que os três fatores da produção se defrontem uns com os outros e em seu próprio interior. Para Engels, o trabalho é o elo mais fraco dessa luta, condenado que está a lutar pela sobrevivência, enquanto capital e terra se apropriam da maior parcela da produção. No limite, o processo de concorrência levará a um aumento do número de pobres e ao desaparecimento da classe média. A concorrência levará necessariamente à degradação moral, sendo uma consequência do sistema de fábrica o aumento da criminalidade, incidindo o maior número de prisões entre os pobres. O trabalho sempre perde a luta.

Engels (In :*MEW*, p.524) conclui seu escrito com uma observação sobre ciência e maquinaria:

Na luta de capital e terra contra o trabalho, os dois primeiros elementos têm ainda uma vantagem particular sobre o trabalho – o auxílio da ciência, pois ela também, nas atuais circunstâncias, está direcionada contra o trabalho. Quase todas as invenções mecânicas, por exemplo, foram ocasionadas pela falta de força de trabalho, em particular, as máquinas de fiar de Hargreaves, Crompton e Arkwright. Nunca foi demandado tanto trabalho sem que disso não resultasse uma invenção que aumentasse significativamente a força de trabalho, portanto, que desviasse a demanda do trabalho humano.

Diante desse quadro, Engels trata brevemente sobre expulsão e absorção de trabalhadores em razão do avanço técnico. Para ele, a concorrência faz com que sempre haja mais trabalhadores em luta pelos empregos do que antes, situação agravada pela contínua introdução de inovações, ou seja, a taxa de expulsão seria maior do que a de reabsorção. A relação entre maquinaria e trabalho, naturalmente, se materializa no sistema da fábrica, cuja imoralidade Engels promete tratar em outro escrito, juntamente com a visão da economia política a respeito⁹.

Conforme se disse acima, esse texto chegou às mãos de Marx no final de 1843 e é citado em um de seus

⁸ A crítica de Engels e também a marxiana antecedem em mais de século todo o debate sobre “recursos escassos” e pleno emprego na ciência econômica.

⁹ *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845.

cadernos de excertos do verão de 1844, período em que se tornou amigo de Engels. Ressente-se da falta de rigor para com os autores tratados e, sobretudo, para com as questões discutidas. No caso do valor e da lei da oferta e da procura, vê-se claramente como não há níveis de abstração no texto, Engels não consegue tratar de essência e aparência dos fenômenos, insurgindo-se sempre que essas duas instâncias parecem se contradizer, produção e circulação, bem como as relações sociais que as condicionam aparecem todas de modo aleatório na argumentação de Engels. Assim como na *Crítica de 43*, a propriedade privada é o alvo principal da crítica, o que parece ser influência direta de Proudhon¹⁰. A concorrência é vista como a causa principal da miséria do trabalhador, agravada pelo sistema de fábrica e pela maquinaria. Em síntese, a ausência de uma teoria do valor consistente impede que todas as questões sejam subsumidas a certa ordem, recaindo toda a crítica na análise moralista da realidade que não se ajusta à teoria. No entanto, este é o ponto de partida da crítica da economia política, ou por outra, de seu objeto, a sociedade capitalista, jamais em equilíbrio, como pretendia a economia clássica. Assim com fizera com Hegel, novamente Marx convidará o ser a parametrizar criticamente o conhecer, para usar expressão de Chasin (2009). A situação, a partir da década de 1830, frustrou todas as promessas da economia política, reduzida então à justificação da realidade. Será sob essa perspectiva que Marx iniciará seus estudos de economia política.

Os escritos de Paris: da propriedade privada ao trabalho alienado

Além de delimitar certa temática da crítica inicial da economia política, o “Esboço” também se presta à comparação com o desenvolvimento do pensamento de Marx, havido no espaço de um ano, desde o texto de Engels até os *Manuscritos de 1844*¹¹. Entre uma e outra data, Marx empreende um estudo de economia política que cobre toda a bibliografia que Engels consulta para redigir o “Esboço”, além de muitos outros textos, o que mostra as diferenças de método e de redação dos dois autores. Todo o seu percurso ficou registrado numa série de cadernos em que toma notas de Say, Skarbek, Smith, Xenofonte, Ricardo, James Mill, MacCulloch, Prevost, Destutt de Tracy, Schüz, List, H. F. Oslander, Buret, além de algumas passagens da *Fenomenologia do Espírito*¹². Foi durante o exame desses autores que Marx redigiu também os *Manuscritos econômico-filosóficos* e o espírito desse texto, naturalmente, remete-se aos estudos empreendidos então.

O primeiro autor analisado nos excertos é Jean-Baptiste Say e as anotações feitas por Marx cobrem, sobretudo, os temas de produção e distribuição da riqueza. Uma das passagens mais interessantes de suas anotações são os comentários sobre os epítomes que Say acrescentou ao seu *Tratado*. Para Say, a propriedade privada é um fato reconhecido que a economia política deve supor, sem considerar seu fundamento ou suas consequências. Say afirma que “não pode haver *riquezas* criadas, distribuídas e consumidas sem propriedade”. Ao que Marx diz: “Não há *riquezas* sem propriedade privada e a economia política, segundo sua essência, é a *ciência do enriquecimento*. Portanto, não existe economia política sem a propriedade privada. Toda a economia política, portanto, repousa num fato sem necessidade.” (Marx, In: *MEGA IV/2*, p. 318 grifo do autor). A propriedade privada emerge, uma vez mais, como fundamento sem gênese da economia política, tal qual aparecia ao final da *Filosofia do direito* de Hegel.

Também é importante a intuição a respeito da discussão da economia política sobre a riqueza. Marx diz:

Riqueza. Aqui já é suposto o conceito de valor, que ainda não foi desenvolvido; pois a riqueza é definida como ‘soma de valores’, ‘soma de coisas valiosas’, que se possuem. – Na medida em que a riqueza relativa é determinada pela comparação do valor das coisas que se possuem necessariamente com o valor daquelas que se pode dar em troca – *en échange* – então, do início ao fim, a ‘troca’ se torna elemento essencial da riqueza. A riqueza consiste nas coisas que se têm ‘não por necessidade’, que não são obtidas para ‘necessidades pessoais’. (Marx, In: *MEGA IV/2*, p. 319, grifo nosso)

A definição de riqueza a partir de uma categoria da troca, a partir do valor de troca e o pressuposto da propriedade privada *tout court* são alguns dos sintomas do modo de operar da economia política e, desde já, são objeto da crítica de Marx. Chama-lhe a atenção definir a riqueza de uma sociedade a partir de algo extrínseco à própria riqueza acumulada da sociedade e, principalmente, uma vez mais, condicionar a riqueza à propriedade privada. A conformação da lógica da crítica da economia política se faz justamente por meio de uma nova ordenação do material, dos níveis de abstração que a própria economia política se revela incapaz de realizar. Outro exemplo é a crítica que Marx dirige à tematização smithiana da divisão do trabalho: “Muito engraçado como é o círculo

10 A crítica de Proudhon à propriedade privada seria saudada por Marx e Engels como uma verdadeira revolução científica na economia política, conforme se lê em *A sagrada família*.

11 Para além da análise hermenêutica, o período parisiense de Marx pode contribuir para o debate do “problema” Marx-Engels, quando muitas vezes se defende a identidade e complementaridade entre os dois pensadores. É o caso de Krätke (2006). O último Lukács (1984) é rigorosamente contrário a essa interpretação.

12 Esses cadernos compõem o volume *MEGA IV/2*.

que Smith faz na demonstração. Para explicar a divisão do trabalho, ele supõe a troca. Porém, para que a troca seja possível, ela já deve pressupor a divisão do trabalho, a diferença de atividades humanas. Como ele situou mal o problema na condição original, ele não se livra dele.” (Marx, In: *MEGA IV/2*, p.336). De fato, um dos temas centrais da economia política foi justamente a própria riqueza e, de Smith a Say, pode-se notar um deslocamento do tema, da riqueza material para a riqueza monetária, questão que não escapa a Marx. Um dos aspectos mais importantes de sua definição de riqueza será justamente ultrapassar, suprasumir a separação entre matéria e valor, dualidade fundamental para o próprio desenvolvimento do conceito de capital, como se vê na análise dos materiais preparatórios da década de 1860.

Nos cadernos parisienses, Marx se preocupa bastante com as diversas concepções de valor desenvolvidas pela economia política. Nesse caso, segue muito a discussão feita por Engels, ao observar o papel que a concorrência desempenha nas teorias do valor analisadas, em especial em Ricardo e Say. Ele diz:

Ao contrário [de Ricardo – LGD], Say faz valer a utilidade. Essa utilidade é representada por ele pela demanda, portanto, pela concorrência dos consumidores. Os custos de produção são representados pela extensão, pela quantidade da oferta.

Na determinação do valor, Ricardo retém apenas os custos de produção, Say, a utilidade. Em Say, a concorrência representa os custos de produção. De acordo com o próprio Say, a utilidade depende, com isso, de moda, caprichos, por meio da pura concorrência. (Marx, In: *MEGA IV/2*, p. 392).

Assim como no “Esboço”, o papel da concorrência na determinação dos preços revela a contradição do sistema da economia política, já que as mercadorias teriam seu valor determinado antes da troca, mas, por outro lado, apenas com a dinâmica da concorrência teriam seu preço real estabelecido. Smith e Ricardo, com efeito, não lograram estabelecer a causalidade correta em relação ao valor, já que a renda entra em sua determinação *a priori* e, ao mesmo tempo, o preço é determinado posteriormente, pela concorrência. Antecipando sua tematização sobre a origem do lucro, Marx afirma:

Segundo Smith, o *prix naturel* consiste em salário, renda e lucro. A *renda* não é parte dos custos de produção necessários, embora a terra seja necessária para a produção. O lucro também não é parte dos custos de produção. A necessidade da terra e do capital para a produção só deve ser estimada nos custos na medida em que pertença à manutenção de capital e terra, trabalho etc. Seus custos de reprodução. Porém, o *plus*, o mais do que eles constitui juros e lucro, aluguel e renda da terra. Portanto, o preço de todas as coisas é muito *caro*, como Proudhon já desenvolveu. Além disso: a *taux naturel* de salário, renda e lucro é totalmente dependente do costume ou do monopólio, em última instância, da concorrência e não é desenvolvida a partir da natureza da terra, do capital e do trabalho. Os próprios custos de produção são determinados, portanto, pela concorrência e não pela concorrência. (*MEGA*, IV/2, p. 404).

Os economistas políticos, portanto, conquanto ensaiem desenvolver uma teoria do valor, acabam por confundir as instâncias determinativas, confundindo aparência com essência, acidente e predicado com o sujeito. Nota-se bem como a crítica à especulação não se encerra com a crítica da economia política, mas a potencializa. Por exemplo, os rendimentos não têm sua fonte e origem explicitadas, mas são submetidos às leis mais aparentes de oferta e demanda, da concorrência, o que permite a Marx arrematar: “A economia política, para fornecer às suas leis certa consistência e determinidade, deve supor a realidade como acidental e a abstração como real.” (*MEGA IV/2*, p. 405). Esse procedimento, em especial em Say, não permite a ele e nem a outros economistas explicar fatos da realidade que, já naquela época, contradiziam a própria teoria, a saber, as crises econômicas e a instabilidade do sistema à luz do equilíbrio e da plena alocação de capitais pela concorrência. Como, pergunta-se Marx, os indivíduos dotados de completa sabedoria, capazes de perseguir seus interesses egoístas, podem causar “a ruína dos outros e a de si próprios, se existe para cada capital um emprego com ganho calculado, não ocupado?” (*MEGA IV/2*, p.417). Em termos contemporâneos, como a alocação plena de recursos, garantida pela concorrência, pode levar a uma crise comercial ou de superprodução?

Os elementos mais importantes da reflexão marxiana do período se encontram nas anotações sobre James Mill, redigidas depois dos *Manuscritos de 1844*. Algumas das questões tratadas nesse texto são retomadas e ganham precisão e merecem atenção para a análise dos próprios manuscritos. O confronto com Mill merece particular atenção porque este autor, assim como os demais da escola ricardiana, representa uma ruptura com a economia política clássica e, em certa medida, seu procedimento iniciaria um modo de pensar a economia que se tornaria preponderante no tempo de Marx. Se Smith e Ricardo serão saudados por Marx por sua tentativa rigorosa de compreensão da realidade, a partir deles os economistas tentarão formular leis as mais abstratas e que, em geral, pouco explicam o objeto concreto. Assim, ao tratar de dinheiro e valor do metal, Mill “comete o erro – assim como, em geral, a escola de Ricardo – de enunciar a *lei abstrata* sem a mudança ou constante supressão [*Aufhebung*] dessa lei – por meio da qual apenas ela se torna lei” (Marx, In: *MEGA IV/2*, p. 447, grifo do autor). No caso da determinação do preço pelos custos de produção e pelo equilíbrio entre oferta e demanda, fato efetivamente

fortuito, a *lei constante* só pode ser enunciada tornando o movimento real um acidente: “A lei na economia política é determinada por seu oposto, a ausência de lei. A verdadeira lei da economia política é o *acaso*, de cujo movimento nós, os cientistas, fixamos arbitrariamente alguns momentos na forma de leis.” (MEGA IV/2, p. 447, grifo do autor)

Nas observações sobre o dinheiro, Marx se refere à questão da alienação e, para tanto, faz alusão à tematização feuerbachiana sobre a alienação religiosa. A necessidade do dinheiro, no sistema da propriedade privada, decorre justamente da exigência do intercâmbio, da troca. Porém, o dinheiro não serve às relações humanas, mas às relações da propriedade privada consigo mesma, é a expressão material do valor que, por sua vez, é apenas a expressão abstrata dessa relação. O processo de troca mediado pelo dinheiro, “o mediador estranho [*fremden*]”, não constitui relação humana, mas está antes estranhado do homem, que se aliena numa coisa material exterior e “vê sua vontade, sua atividade, sua relação com outros como uma potência independente dele e dos demais” (MEGA IV/2, p.448). Por isso, a oposição dos economistas ao mercantilismo (*systeme monétaire*) não representou uma ruptura muito grande, nem verdadeira vitória, pois, ao atribuir ao dinheiro o caráter de uma mercadoria qualquer, acabaram apenas por generalizar aquilo que no mercantilismo era específico, a saber, o valor dos metais. Na sociedade burguesa, todas as mercadorias são conversíveis em dinheiro, justamente porque ele é uma mercadoria também, submetida às leis do valor, custos de produção, oferta e demanda. Para Marx, a generalização do processo de troca leva o dinheiro a se tornar a expressão mais abstrata das relações da propriedade privada, fato percebido pelos economistas, que deslocam a essência do dinheiro dos metais preciosos apenas para o conjunto das mercadorias. A existência material do dinheiro como mercadoria, portanto, é apenas expressão sensível de sua alma imaterial, que se encontra em todas as atividades e relações da sociedade. Quanto mais desenvolvido o “modo de existência pessoal do dinheiro”, mais equivale à sua essência quanto menos corresponda ao mundo das mercadorias, quanto mais deslocado esteja de seu próprio valor de troca, o que faz Marx concluir que o papel-moeda e seus representantes sejam “a existência *acabada do dinheiro como dinheiro* e um momento necessário no progresso do desenvolvimento do sistema do dinheiro” (Marx, In:MEGA IV/2, p. 450, grifo do autor). Diante disso, Marx descarta a visão dos saint-simonistas de um sistema de crédito como capaz de superar a alienação, quando, em verdade, seria exatamente o seu aprofundamento, já que libertaria o homem dos vínculos materiais, monetários, mas não o libertaria de alienar a própria esfera de sua moralidade, a sua própria vida social estaria alienada. Ele diz:

No interior da relação de crédito – o dinheiro não foi suprimido no homem, mas o próprio homem se transformou em dinheiro ou o dinheiro é nele incorporado. A individualidade humana, a moral humana se torna ela própria tanto uma mercadoria quanto um material em que o dinheiro existe. Em lugar de dinheiro, papel, minha própria existência pessoal, minha carne e meu sangue, minha virtude social e minha importância são o corpo do espírito do dinheiro. (MEGA IV/2, p. 451).

Na sociabilidade do dinheiro, a troca se torna a própria atividade genérica, a fruição genérica, “cuja verdadeira existência real, consciente é a atividade *social* e a fruição *social*” (Marx, In:MEGA IV/2, p. 452, grifo do autor). A realização social do homem, portanto, encontra-se submetida à troca e ao dinheiro, nulificando a própria construção social do homem. A esse respeito afirma o filósofo alemão (MEGA IV/2, p. 452):

Como a essência humana [*menschliche Wesen*] é a verdadeira comunidade [*Gemeinwesen*] do homem, então os homens criam, produzem, por meio da atividade de seu ser, a comunidade humana, o ser social, que não é nenhuma potência abstrato-universal contraposta ao indivíduo singular, mas a essência de cada indivíduo, apenas a própria atividade de sua própria vida, sua própria fruição, sua própria riqueza. Por isso, tal comunidade verdadeira não é gerada por meio de reflexão, ela aparece, por isso, por meio da necessidade e do egoísmo dos indivíduos, isto é, é produzida imediatamente por meio da atividade de seu próprio ser. Não depende do homem que essa comunidade seja ou não; mas na medida em que o homem não se reconhece como homem e, com isso, não organizou o mundo humanamente, essa comunidade aparece sob a forma de estranhamento. Porque seu sujeito, o homem, é um ser estranho a si mesmo. Portanto, é uma frase idêntica dizer que o homem esteja estranhado de si mesmo e que a sociedade desses homens estranhados seja a caricatura de sua comunidade real, de sua verdadeira vida genérica. Portanto, que sua atividade apareça como tormento, sua própria criação lhe apareça como potência estranha, sua riqueza como pobreza, o vínculo essencial que o une aos outros homens apareça como um vínculo inessencial e antes como a separação dos outros homens como sua verdadeira existência, que sua vida apareça como sacrifício de sua vida, que a realização de seu ser apareça como irrealização de sua vida, que sua produção apareça como produção de sua nulificação, que sua potência sobre o objeto apareça como potência do objeto sobre ele, que ele, o senhor de sua criação, apareça como o escravo de sua criação. (MEGA, IV/2,452)

A economia política emerge precisamente como expressão ideal desse fenômeno, ao conceber a vida genérica do homem, a comunidade dos homens sob a forma da troca e do comércio, a “sociedade comercial” de Adam Smith. Para Marx, porém, seu erro consiste em fixar esse caráter como “essencial e original”. O pressuposto

fundamental da economia política seria considerar o homem como proprietário, ou seja, parte-se sempre da própria propriedade privada, o ponto de partida da economia política não é o próprio homem, mas o proprietário, o homem que se afirma por meio da propriedade privada, em última análise, o homem alienado, que existe somente em razão e por meio da propriedade privada¹³. Assim, o vínculo que une os homens, como proprietários, é a própria alienação. A existência dessa alienação, por sua vez, depende da validade social, da troca, para se realizar. Razão pela qual a própria alienação da propriedade privada se abstrai na forma do equivalente, do valor e do valor de troca, sua forma alienada. A propriedade privada se afirma, enfim, por meio da “alienação e estranhamento recíprocos” de si mesma, da troca de equivalentes.

Outra consequência imediata da relação de troca é a transformação do trabalho em emprego imediato, emprego para a subsistência (*unmittelbare Erwerbsarbeit*): o produtor não produz mais para consumir, mas apenas para trocar, portanto, seu trabalho não guarda relação direta com suas necessidades, mas apenas serve para que tenha acesso a outras mercadorias. Ele não produz apenas para trocar, ou seja, o produto é produzido “como valor, como valor de troca, como equivalente, não mais devido à sua relação imediata, pessoal com o produtor” (Marx, In:MEGA IV/2, p.455, grifo do autor). Quanto mais complexas se tornam a produção e as necessidades humanas, mais inessencial e acidental se torna o trabalho para o produtor, até se tornar sempre e tão somente um emprego para a subsistência. Esse gênero de trabalho envolve:

- 1) O estranhamento e a casualidade do trabalho em relação ao sujeito que trabalha; 2) o estranhamento e a casualidade do trabalho em relação a seu objeto; 3) a determinação do trabalhador pelas necessidades sociais que, porém, lhe são estranhas e são uma coerção à qual ele se submete devido à necessidade egoísta e ao carecimento e que apenas têm para ele o significado de uma fonte de satisfação de sua necessidade natural, assim como ele existe para elas apenas como um escravo de suas necessidades; 4) que, para o trabalhador, a manutenção de sua existência individual apareça como finalidade de sua atividade e que sua atividade real valha para ele apenas como meio; que ele ative sua vida somente para ganhar os meios de subsistência. (MEGA IV/2, p.455)

O resultado imediato da produção complexa de valores de troca é o aumento do egoísmo e do estranhamento entre os indivíduos. A divisão do trabalho, portanto, ao mesmo tempo em que corresponde a um avanço da civilização e da vida social do homem, representa também o estranhamento do homem frente a seu ser social. O dinheiro representa o ponto culminante desse processo de estranhamento, já que representa a completa dominação da propriedade privada sobre o homem, de uma coisa estranha sobre o homem, fato pressuposto em toda a economia política. Com efeito, todas as separações categoriais que efetua, entre trabalho, capital e terra, entre produção, distribuição e consumo são meras expressões do estranhamento fundamental promovido pela propriedade privada no interior da sociedade.

Páginas adiante, Marx tece novos comentários sobre a tematização de James Mill a respeito do comércio, da troca e da produção para a troca, passagens em que Mill reitera e sustenta a busca do interesse egoísta pelo homem. Nesse ponto, Marx aborda alienação e estranhamento, ao considerar que a vigência do valor para a troca de produtos acaba por ser a desvalorização humana: “Nosso *valor recíproco* é para nós o *valor* de nossos objetos recíprocos. Portanto, o homem mesmo é, para nós, reciprocamente *sem valor*.” (MEGA IV/2, p.465, grifo do autor). Do mesmo modo, o trabalho deixa de ser manifestação de vida para ser alienação: “Meu trabalho seria *livre exteriorização de vida* [*Lebensäußerung*], por isso, *fruição da vida*. Sob o pressuposto da propriedade privada, é *alienação de vida* [*Lebensentäußerung*], pois eu trabalho *para viver*, para me proporcionar um *meio* de vida. Meu trabalho *não é* vida.” (MEGA IV/2, p.466, grifo do autor). Para o indivíduo, portanto, o trabalho não aparece como manifestação de sua própria vida, mas justamente como tormento, coação externa, necessidade extrínseca. E o produto, o objeto produzido é apenas a expressão sensível, objetiva da perda de si, da impotência do indivíduo.

A análise dessas poucas páginas em que Marx formula uma reflexão própria sobre o tema dá a medida do ponto de partida da crítica da economia política. Conforme já se ressaltou, a propriedade privada e sua predominância na vida social é o ponto central da crítica marxiana nesse momento, como foi a partir da crítica a Hegel. Do mesmo modo, o dinheiro aparece como expressão mais geral desse domínio, sendo o valor a forma abstrata da desvalorização humana. Tais quesitos são apreendidos pela economia política como essenciais, inarredáveis em qualquer sociedade: divisão do trabalho, troca, dinheiro e propriedade privada são essenciais para a plena realização humana. Essas questões são elaboradas por Marx, além dos textos referidos, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Neles se revela certo deslocamento de eixo, da propriedade privada *tout court* para o trabalho alienado, origem e causa da primeira. Ao apontarmos certo caráter feuerbachiano da tematização engelsiana sobre o intercâmbio homem e natureza, no Marx de 1844 já se percebe a subsunção desse intercâmbio à atividade sensível, passo analítico diferenciador dos dois autores sobre o tema.

¹³ Essas observações sobre alienação guardam certa semelhança com a tematização hegeliana sobre posse e propriedade na primeira parte da *Filosofia do direito*.

Na leitura dos *Manuscritos*, o primeiro ponto a ressaltar é a concentração do objeto de reflexão, que Marx trata de explicitar, apontando as dificuldades de abranger toda a ciência política e jurídica numa mesma obra, como prometera na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* – Introdução. A solução encontrada seria a redação de diversas brochuras autônomas, com a crítica do direito, da moral, do estado, da vida civil e, naturalmente, da economia política. O mais importante, porém, seria o arremate da obra, “um trabalho particular em que buscarei restabelecer a coesão do todo, a relação das partes singulares, finalmente a crítica da elaboração especulativa de tais materiais” (Marx, In: *MEGA I/2*, p. 325). Vê-se, pois, que a crítica de economia política constituía, para Marx, tarefa particular em quadro maior, subsumido à crítica das formações ideais, em que a filosofia seria a última instância. Assim, o abandono da filosofia em benefício da “atividade científica”, da economia, não corresponde à percepção que o autor tinha de sua própria obra, embora o projeto tenha restado inconcluso. Essa é a visão de Lukács (1984, p. 108), para quem a mudança de orientação havida no pensamento marxiano entre 1843 e 1844 se deveu, em grande medida, a uma contingência histórica, ou melhor, a uma urgência do momento em que Marx atuou. Segundo esse autor, há uma continuidade filosófica explícita nos dois momentos, entre os escritos de juventude e aqueles da maturidade, sendo descabida a distinção entre o Marx “filósofo” e o Marx “economista”: sem as conquistas fundamentais da década de 1840, seria impossível toda a reflexão que se seguiu. Para Lukács, a ênfase conferida por Marx à tematização de talhe econômico atendeu a uma forma de expressão imposta pela atividade política, longe de constituir uma mudança de cunho metodológico ou filosófico.

De fato, até onde se pode falar em método marxiano, os *Manuscritos* guardam íntima relação com seu procedimento em outros textos, notadamente com a crítica a Hegel. Marx faz com que a economia política fale por seus próprios termos, aceita algumas de suas premissas para desenvolver sua argumentação. À semelhança de Engels, toma a teoria do valor dos clássicos e muitos outros pressupostos como dados e os confronta simplesmente com a realidade. Indo além de Engels, porém, leva-os até as últimas consequências: a condição do trabalho na ordem da propriedade privada, algo que Engels apenas anuncia em seu “Esboço” e que apenas realiza sob perspectiva empírica no trabalho de 1845. Marx pretende expor os próprios limites da teoria, ou seja, uma autêntica crítica da atividade especulativa no seio da economia política, sendo esse um dos aspectos centrais de toda a crítica da economia política, a universalização de categorias de certas formações socioeconômicas historicamente localizadas, sobretudo, o capitalismo. Em todo o texto, Marx detecta a tensão, a contradição não resolvida pela economia política, em especial por Smith e Ricardo, em suas teorias do valor, em que subjaz a luta de classes na apropriação do excedente, ele mesmo não explicado por esses autores.

O argumento marxiano é desenvolvido a partir da divisão feita pela economia política clássica entre capital, terra e trabalho, lucro, renda e salário. Marx, porém, rejeita a redução dos três fatores ao trabalho, já que o trabalhador é o único que tem de vender a si mesmo para se manter, tem de vender sua própria qualidade de homem. Além disso, embora todos os valores se reduzam a trabalho, Marx (In: *MEGA I/2*, p.332) afirma que o próprio trabalho tem seu valor constantemente reduzido. Do mesmo modo, a divisão do trabalho, como é afirmado nas notas sobre Mill, ao mesmo tempo em que constitui avanço da sociedade, reduz o trabalhador mais e mais à condição de máquina. Marx descreve, assim, alguns dos diversos estágios de um ciclo econômico, tal qual fizera Smith, para revelar que, em todos eles, a condição do trabalhador, expressa em seu salário e em sua manutenção, sempre é prejudicada diante dos ganhos do capital e da terra, seja na situação de progresso material, seja na de penúria. Para Marx, pouco importa o progresso relativo do trabalhador, pois está sempre reduzido ao nível de subsistência graças à concorrência e ao aumento populacional. Tal quadro é descrito pela economia política ao conceber todo o trabalhador como aquele desprovido de capital e terra e que, por isso, deve trabalhar para se manter; a própria economia política, para Marx, parte precisamente do trabalhador como desprovido de qualquer posse ou propriedade. Assim, para a economia política, o trabalho aparece apenas sob a forma da já referida *atividade de subsistência (Erwerbshätigkeit)* e a redução moderna de todo o trabalho e de parcela significativa da humanidade ao trabalho abstrato tem o efeito de reduzir o próprio trabalho a essa atividade, e o trabalhador à condição de gado reduzido às necessidades vitais mais estritas (Marx, In: *MEGA I/2*, p.34). Portanto, propor um aumento salarial ou até mesmo a igualdade de salários para todos, como Proudhon, significa apenas manter intactos os termos da economia política, estender a toda a humanidade a miséria do trabalho em sua forma mais precária. Em suma, ao analisar o trabalho e o salário, Marx capta um dos aspectos fundamentais da perspectiva da economia política, a saber, o conflito na distribuição dos rendimentos: “Segundo o conceito, renda da terra e ganho do capital são *deduções* que sofre o salário. Porém, na realidade, o salário é uma dedução que terra e capital proporcionam ao trabalhador, uma concessão do produto do trabalho ao trabalhador, ao trabalho.” (Marx, In: *MEGA I/2*, p. 332). Com uma análise pouco profunda de produção e distribuição, a conclusão do autor é que o trabalho produz toda a riqueza da sociedade e a simultânea miséria do trabalho.

Prosseguindo em sua análise, passa ao capital e ao ganho do capital, acompanhando o desenvolvimento de Smith, o capital é “trabalho acumulado”. A tripartição do valor entre lucro, renda e salário faz Marx afirmar que o ganho do capital será maior quanto menor for o salário, uma vez mais, o processo de distribuição encontra-se permeado pelo conflito entre capital e trabalho, com perda necessária para o último. O ponto mais interessante

da leitura que Marx faz de Smith diz respeito aos métodos empregados pelo capitalista para aumentar seu ganho, redução da concorrência, segredo comercial, que permitem a ele manter um preço superior ao preço natural. Além disso, a divisão do trabalho e a melhoria da força produtiva geral, em suma, os métodos de redução do tempo de trabalho: “Ele [o capitalista – LGD] ganha duplamente, primeiro, com a divisão do trabalho, segundo, com o progresso em geral, que o trabalho humano realiza sobre o produto natural.” (MEGA I/2, p.341). A partir das observações de Smith sobre as ações combinadas dos capitalistas para elevar os preços ou reduzir salários, Marx afirma que o interesse deles é oposto ao da sociedade, fato em geral reconhecido pela economia política. Esse fato se agrava com a busca permanente de concentração de capitais, que viciosamente gera mais concentração, graças à acumulação mais rápida que um capital maior experimenta face aos capitais menores¹⁴.

Finalmente, em sua análise da renda da terra, Marx parece acompanhar Ricardo em grande medida. Porém, ao analisar a teoria tanto de Smith quanto de Ricardo, para quem a renda depende da fertilidade do solo e da localização, Marx se mostra extremamente crítico dessa teoria, detectando o procedimento geral da economia política. Ele diz: “Essas frases de Smith são importantes, porque reduzem a renda da terra à maior ou menor fertilidade do solo, sob custos de produção iguais e igual extensão; portanto, evidentemente, mostram a inversão de conceitos na economia política, que transforma fertilidade do solo numa propriedade do proprietário da terra.” (Marx, In:MEGA I/2, p. 352). Para Marx (p. 353), a renda da terra “é fixada pela *luta entre arrendatário e proprietário da terra*. Em toda parte na economia política, encontramos a oposição hostil de interesses, a luta, a guerra, reconhecidas como base da organização social.” (MEGA I/2, 353, grifo do autor)

Isso posto, Marx acompanha Smith e Say para descrever como os interesses do proprietário da terra acompanham os da sociedade, uma vez que a renda acaba por integrar o preço dos alimentos e, conseqüentemente, dos salários e, por isso, dos lucros. Ou seja, um estado de progresso da sociedade acaba por aumentar a renda da terra, o que faz Smith concluir que os interesses do proprietário da terra são idênticos aos da sociedade, constatação que Marx critica, afirmando que “na economia política, sob o domínio da propriedade privada, o interesse que alguém possui em relação à sociedade está exatamente em proporção inversa em relação ao interesse da sociedade em relação a ele, assim como o interesse do usurário no pródigo não é em absoluto idêntico ao interesse do pródigo nele.” (Id. p.356). Marx demonstra, então, como a renda da terra aumenta com a miséria generalizada, isto é, com a baixa dos salários, com a diminuição dos lucros, além dos interesses de arrendatários, ou seja, o interesse do proprietário da terra é, na verdade, oposto ao do conjunto da sociedade.

Além disso, descreve como a concorrência entre grandes e pequenos proprietários acaba por gerar maior concentração de terras, vez que o pequeno proprietário não tem condições de investir - numa situação análoga ao do artesão face ao capitalista - em melhorias no solo, pequena quantidade de moeda corrente para investir na produção etc. Ademais, dada a diferença entre taxa de juros e renda da terra, se ela for muito elevada, o preço da terra acaba por cair e as terras se concentram em poucas mãos. Marx diz, em suma, que a propriedade da terra, inevitavelmente, converte-se em mercadoria e a produção agrícola, em capitalista. E afirma que a propriedade privada original, a terra, deve ser despojada de traços antigos, românticos e políticos, para tanto, segundo o filósofo:

É necessário que essa aparência seja suprimida, que a propriedade da terra, a raiz da propriedade privada, seja totalmente envolvida no movimento da propriedade privada e se torne mercadoria, que o domínio do proprietário apareça como o domínio puro da propriedade privada, do capital, despojado de toda tintura política, que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação econômica entre explorador e explorado, que cesse a relação pessoal do proprietário com sua propriedade, e que essa propriedade se torne apenas riqueza material objetiva (*sachlichen*), que o casamento de interesse tome o lugar do casamento de honra com a terra, e que a terra se degenere em valor comercial assim como o homem. (MEGA, I/2 p. 360)

Nessa passagem, pela primeira vez, Marx situa o domínio da propriedade privada na esfera do capital, agente da sociabilidade que domina tanto os explorados, quanto os exploradores. Para sintetizar o domínio da materialidade sobre os homens, cita a expressão *l'argent n'a pas de maître*.

E assim Marx conclui a primeira parte de sua incursão pela economia política. Sobre esta base ainda provisória, lança a pedra fundamental de sua crítica da economia política: o trabalho alienado. Para utilizar uma expressão que repetiu várias vezes nos textos de juventude, o trabalho alienado constitui o enigma revelado da economia política, a verdade subjacente a seus conceitos invertidos. É sintomático que, ao final dos *Manuscritos*, Marx tenha exposto uma crítica a Hegel, anunciada já no prefácio. Nessa altura da análise, as duas formas de pensamento aparecem para ele como duas formações ideais muito semelhantes, que apreendem o movimento real, reconhecem suas contradições e seu desenvolvimento, mas acabam por ser insuficientes para fornecer a gênese completa do ser sobre o qual se debruçam. Tanto Hegel quanto a economia política, ao menos em sua origem, guardam esse traço comum, que cabe criticar.

¹⁴ A essa altura do texto, Marx acompanha Smith em sua distinção de entre capital fixo e capital circulante. Dada a necessidade de investimento em capital fixo, um pequeno capitalista não poderá fazer frente a um grande.

Assim, trabalho alienado é a conclusão lógica do desenvolvimento categorial da própria economia política e, antes, está pressuposto à sua tematização do valor e de sua distribuição. Conforme afirma Marx, ele partiu das categorias e leis da economia política, raciocinou sob seus termos e premissas, para concluir:

A partir da própria economia política, com suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador desce ao nível de mercadoria e mercadoria miserabilíssima, que a miséria do trabalhador está em proporção inversa com a potência e grandeza de sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto, a restauração ainda mais terrível do monopólio, finalmente, que desaparece a distinção entre capitalista e proprietário da terra, assim como entre camponês e trabalhador da manufatura e toda a sociedade tem de se decompor em proprietários e trabalhadores não-proprietários.” (Marx, In:MEGA I/2, p. 363).

Esse o pórtico da crítica da economia política. Embora esteja longe de sua maturidade, o pensamento marxiano opera, nessa altura, um deslocamento analítico fundamental, ainda que estivesse suposto em tematizações que o precederam: o enigma revelado da propriedade privada é o trabalho alienado e a origem da riqueza da sociedade capitalista é a miséria do trabalhador, despojado de qualquer propriedade e transformado em mercadoria. Ao contrário da economia política, Marx não rejeita a propriedade privada considerada como fato jurídico *a priori*, mas situa sua gênese no próprio trabalho. Do mesmo modo, divisão do trabalho, concorrência, interesses privados são considerados predicados essenciais da vida social, em qualquer tempo histórico. Marx, ao contrário, postula a explicação da vida social sob a propriedade privada no trabalho, na forma de produção da própria vida social: “Temos de compreender agora o nexos essencial entre a propriedade privada, a ganância, a divisão do trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo esse estranhamento [*Entfremdung*] com o sistema *do dinheiro*.” (Marx, In:MEGA I/2, p.364). Uma vez mais, ganha contornos mais nítidos a determinação da natureza da propriedade privada sobre a qual se fala na economia política, o sistema do dinheiro, riqueza monetária. Além disso, a riqueza material é expressão da pobreza do trabalho. Fundamental que essa miséria, para Marx, não consiste na miséria de uma parcela da vida econômica da sociedade, ela é a própria vida social miserável. Com efeito, a economia política parte de indivíduos isolados com interesses conflitantes, um *compositum* de individualidades que se valem de interações, contratos, para fazer valer seu interesse egoísta. De outro modo, na visão do autor em tela, a sociedade não é meio de realização, mas condição imediata de possibilidade da individualidade. A produção da objetividade humana se dá em nível genérico, social: “O homem é um ser social, não apenas enquanto faz do gênero, na prática e teoricamente, tanto do seu próprio quanto das demais coisas, seu objeto, mas – e isso é apenas outra expressão da mesma coisa – mas também enquanto se comporta em relação a si mesmo como o gênero vivo, atual, enquanto ele se comporta em relação a si mesmo como um ser *universal*, portanto, livre.” (Id. p. 368, grifo do autor). Assim, a vida humana, que aparece imediatamente como natural, reveste-se de seu caráter genérico, vez que só se afirma na prática por meio da atividade consciente, o homem não se identifica imediatamente com seu traço natural, mas o conforma e transforma, tomando a natureza como seu “corpo inorgânico” por intermédio de sua atividade, ou seja, o homem só se afirma em sua atividade como ser genérico. O trabalho alienado, com isso, além de ser a alienação do homem e do indivíduo frente aos objetos do trabalho e à própria produção engendra o estranhamento do homem face ao gênero, convertido em mera condição de subsistência do trabalho. Em lugar de confirmar, a atividade genérica se torna negação de seu ser genérico, a tal ponto que os indivíduos se tornam todos apenas meios de realização de individualidade mesquinha e estranha, ponto de partida da economia política¹⁵.

Esse vínculo do trabalho com sua objetividade, com suas condições de produção e com o próprio trabalho é a origem da propriedade privada. O fato de o capital ser trabalho acumulado diz muito pouco sobre sua origem, em verdade, oculta sua gênese, situada na alienação do trabalho face à objetividade, o que leva Marx a dizer: “Certamente, obtivemos o conceito de *trabalho alienado* (de *vida alienada*) a partir da economia política, como resultado do *movimento da propriedade privada*. Porém, mostra-se com a análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como causa do trabalho alienado, ela é antes sua consequência, como também os deuses não são *originalmente* a causa, mas o efeito da aberração do entendimento humano. Mais tarde, essa relação se torna ação recíproca.” (Marx, In:MEGA I/2, p. 372, grifo do autor). Assim, a propriedade privada é a consequência do trabalho alienado e, uma vez estabelecida, meio de realização e afirmação dessa alienação. Por sua vez, o caráter contraditório da relação é captado pela economia política, que afirma constantemente a importância do trabalho, mas nada lhe dá, expressão ideal da própria situação do trabalho alienado, que tudo produz e nada

15 Páginas à frente, no fragmento sobre a divisão do trabalho, Marx diz: “A *sociedade* – tal qual aparece para a economia política – é a *sociedade burguesa*, onde cada indivíduo é um todo de necessidades e o é somente para o outro, como o outro está lá para ele na medida em que eles se tornam reciprocamente meio um para o outro. O economista – tanto quanto a política em seus *direitos do homem* – reduz tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, de quem ele despoja de toda determinação, para fixá-lo como capitalista ou trabalhador.” (MEGA I/2, p. 429). Esse fragmento apresenta notas sobre Smith, Skarbek e James Mill e Marx apresenta alguns comentários sobre divisão do trabalho e alienação.

recebe, o trabalho tudo produz, mas apenas recebe da propriedade privada meios de sua subsistência, reiterando permanentemente sua condição subordinada à própria propriedade privada. Por isso, ao criticar os defensores do aumento de salários, como Proudhon, Marx os condena por preservarem, em essência, as relações alienadas da propriedade privada, poder-se-ia dizer que apenas estariam construindo as correntes de ouro de sua escravidão. Além disso, a emancipação dos trabalhadores, segundo Marx, não significa a emancipação de uma parcela da humanidade, mas a emancipação da própria humanidade, a integração de posse em sua própria vida ativa e genérica tornada alienada com o trabalho alienado.

Mais adiante, no terceiro manuscrito, Marx retoma a tematização sobre a propriedade privada e ressalta o caráter positivo da economia política, frente ao mercantilismo, de afirmar o trabalho como fonte da riqueza humana, ainda que sob a determinação da propriedade privada. Marx diz: “Sob a aparência dum reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio é o trabalho, é antes e somente a realização consequente da negação do homem, enquanto ele mesmo se encontra mais numa tensão exterior com a essência externa da propriedade privada, mas ele mesmo se tornou essa essência tensionada da propriedade privada.” (Marx, In:MEGA I/2, p.384). Marx situa a economia política na energia liberada pela indústria, seria sua consciência cínica, que despoja o homem de todos os atributos particulares, locais, políticos, para se concentrar apenas em sua essência última, o trabalho produtor de riquezas. Com isso, de Smith até Mill, passando por Say e Ricardo, a economia política adquire mais e mais força e verdade porque reitera, desvela toda a contradição do homem posto em sua alienação última, a economia política é a expressão do dilaceramento efetuado pela indústria na sociedade¹⁶.

Para concluir esta exposição sobre os *Manuscritos*, longe de captar toda sua riqueza, cabe comentar a tematização marxiana sobre dinheiro nessa obra. O dinheiro, para o Marx de 1844, por possuir a qualidade de tudo comprar, de se apropriar de todos os objetos, “é o *objeto* em posse eminente. A universalidade de sua *qualidade* é a onipotência de sua essência; por isso, ele vale como essência onipotente.” (MEGA I/2, p. 435, grifo do autor). Ele se torna, assim, meio termo entre os homens e a objetividade, entre eles e suas vidas, entre os próprios homens, o dinheiro é o “vínculo de todos os vínculos” (MEGA I/2, p. 436). A potência do dinheiro sobre todos os vínculos sociais perverte a relação do homem com suas forças essenciais, perverte a individualidade, transformando em seu contrário as suas qualidades próprias. Todas as coisas são abstraídas de suas reais qualidades, subsumidas ao “conceito existente e atuante do valor”, o dinheiro. Esse raciocínio também é desenvolvido nas anotações sobre J. Mill, conforme referido acima. As relações sociais, as relações do homem com suas próprias forças essenciais, portanto, com o mundo objetivo sobre o qual atua, transformam-se, pervertem-se em relações abstratas, monetariamente apreciáveis. O vínculo essencial é o dinheiro, o conceito de valor atualizado nas relações sociais. Ora, essa tematização receberá novo contorno, mas reaparecerá vários anos depois nos *Grundrisse* e em *O capital*. O fetichismo do dinheiro, extremo dramático do fetichismo da mercadoria, aparece já em 1844. Essa é a opinião, por exemplo., de Rosdolsky (2001, p.117), que, no entanto, avalia essas e outras passagens de 1844 como revestidas de “roupagem filosófica”.

Essa interpretação e outras várias serviram para certo descrédito dos *Manuscritos de 1844* ao longo dos anos, ou para que estivessem circunscritos à temática filosófica. Até nesse quesito, como já foi referido, foram várias vezes considerados obra imatura, superada por *A ideologia alemã*. Entre nós, Giannotti (1966) foi responsável pelo descrédito do texto até mesmo em nível filosófico, durante muitos anos¹⁷. Mészáros (1981, p. 201 et seq.), por sua vez, defende ponto de vista exatamente contrário, de que o texto de 1844 tem repercussão temática e conceitual na obra posterior de Marx. Embora esta tese não tenha interesse na divisão arbitrária e inútil entre filosofia e ciência econômica em Marx, o efeito das obras de 1844 em Marx pode ser explicitado, *n. g.*, na análise dos esboços de *O capital*. Interessa reiterar certos pontos do período parisiense de Marx que parecem marcar a plataforma de lançamento da economia política, seu ponto de partida a orientar a pesquisa e a reflexão marxianas nos anos seguintes, por contradição ou afirmação. Com efeito, a economia política é criticada por Marx ao mesmo tempo em que ele trata de apontar sua virtude, produto consciente da energia industrial, esforço de compreensão pelo pensamento de novas determinações da vida social. Assim, o que emerge em primeiro lugar é a interação contraditória entre as classes, não só entre trabalhador e capitalista, mas também proprietários de terra em evanescente condição. A economia política retém a preponderância do trabalho e, sem o saber, porque não poderia saber, relega o trabalho à condição de subordinado ao capital, *le mort saisis le vif*. Caberá, pois, investigar as condições do trabalho não tomadas abstratamente, mas na forma do trabalho alienado, a qualidade onipotente que, quanto mais se afirma, mais tem suas possibilidades negadas. O trabalho, como fonte do capital e da propriedade privada, passa a ser, pois, o motor da investigação. Em segundo lugar, essa sociabilidade do trabalho alienado é mediada e se

16 Antecipando a tematização de 1861-1863, Marx considera os fisiocratas os primeiros economistas políticos, pois reconhecem a riqueza industrialmente produzida, mas não a despojam completamente da determinação natural, da terra. O passo analítico, porém, está anunciado, do trabalho em geral, universal, como fonte de toda a riqueza. (Cf. Marx, In:MEGA I/2, p. 385)

17 A demonstração cabal do equívoco dessa argumentação se encontra em Costa (1999), na qual se demonstra como Giannotti deformou a letra do texto marxiano para encontrar uma essência *a priori*, feuerbachiana, que estaria perdida com a alienação.

realiza por meio do dinheiro, conceito atuante do valor, nexos de todos os nexos sociais. Finalmente, Marx enuncia, em 1844, num fragmento, sua intenção de pesquisar a questão da divisão do trabalho e da troca, manifestações do interesse egoísta no seio das relações sociais, fato percebido pela economia política, mas que também não é explicado por ela.

Os anos de 1843 e 1844 marcam uma verdadeira revolução do pensamento marxiano. Se ainda não está pronto ao final desse período, seus elementos fundamentais e seu caráter distintivo já estão prontos. Os anos seguintes serão, de fato, aprofundamento das aquisições de Kreuznach e Paris, quando a realidade, em sua objetividade, será convidada a criticar a economia política, formação ideal e central na compreensão do mundo que Marx pretendia transformar.

Valor, forças produtivas e gênese histórica: Miséria da filosofia

A crítica da economia política foi um legado contingente dentro da obra marxiana, tal qual planejada por seu autor. Com efeito, sua obra foi pensada como uma crítica de todas as ciências humanas e da filosofia, tendo a ênfase recaído na economia política por uma questão prática. A própria crítica da economia política, porém, viu-se premiada pelas vicissitudes da atuação política de Marx. Entre 1844 e 1857, vários acontecimentos exigiram a atenção e os esforços intelectuais de Marx. Além disso, a gestação da crítica da economia política demandou de seu autor um enorme esforço de leitura e estudos, possíveis apenas a partir de 1849, quando cessa a vaga revolucionária e ele se estabelece em Londres. Assim, o ponto de partida da obra madura de Marx, os *Grundrisse*, constituirá certamente o ponto de confluência de todo um esforço de mais de década, quando Marx, afinal, sente-se apto a redigir sua obra, embora essa redação ainda lhe consumisse mais uma década.

Nesse período entre os *Manuscritos de 1844* e os *Grundrisse*, importa ressaltar, portanto, como as ideias se construíram, tarefa factível com a publicação, ainda incompleta, dos cadernos de anotações do período, que indicam os caminhos e descaminhos percorridos para a construção de uma série de conceitos e categorias, até que estivessem efetivamente conformados e pudessem ser sistematizados. Antes de expor, pois, de modo sucinto, a já reconhecida contribuição dos *Grundrisse* para o pensamento marxiano, cabe indicar alguns aspectos que o antecederam, de modo a explicitar então como *O capital* é esboçado.

Ainda em Paris e durante sua estada em Bruxelas, Marx continuou seus estudos de economia política, tendo assinado um contrato para a publicação de um livro, em 1845, do qual possivelmente os *Manuscritos de 1844* constituíram um esboço e cujo prefácio indica o feitio da obra a ser escrita. Com a redação de *A sagrada família*, o projeto sofreu atrasos permanentes. De todo modo, Marx preencheu vários cadernos, nos anos seguintes, com anotações de autores de economia política. Alguns dos primeiros autores que leu em Bruxelas foram Blanqui e MacCulloch, interessava-lhe inicialmente a história da teoria, meio pelo qual planejava construir um segundo volume de sua obra crítica¹⁸. Em seus cadernos de Bruxelas, também, emerge a questão de valor e preço, as diversas concepções, conceitos, sobre os quais toma notas extensivas, além de questões conexas, como origem da riqueza, dinheiro e crédito. Várias anotações do período também fazem remissão às questões históricas, concretas, buscando, na realidade, explicitação em relação aos teóricos que estuda. Ao contrário dos cadernos parisienses, porém, Marx não emite comentários sobre os autores, salvo uma ou outra passagem, como no comentário sobre Sismondi: “Atualmente, a frase de Sismondi é correta: ‘a economia dos custos de produção não pode ser então outra coisa senão a economia na *quantidade de trabalho empregada* para produzir, *ou a economia sobre a recompensa do trabalho*.’” (Marx, In:MEGA IV/3, p.123, grifo do autor). Uma das preocupações centrais de Marx, em Bruxelas, são os métodos de redução do tempo de trabalho, como a maquinaria e seus efeitos nos trabalhadores, tomando, para tanto, extensas notas sobre o *Traité* de Babbage, além de Ure, autores que aparecerão nos escritos de maturidade sobre maquinaria.

Além desses cadernos, também são de especial importância os cadernos redigidos por Marx em Manchester, em 1845, onde compilou uma série de livros e ampliou sua lista de livros a serem estudados nos anos seguintes. Em Manchester, Marx toma notas sobre dois autores da escola ricardiana, MacCulloch¹⁹ e John Stuart Mill²⁰,

18 Em carta ao editor Leske, de agosto de 1846, Marx sustenta a necessidade de um livro prévio, de polêmica contra a filosofia e o socialismo alemães, para preparar o público alemão para seu ponto de vista sobre a economia, contido no livro prometido. Desse período, datam as *Teses ad Feuerbach*, *A sagrada família* e *A ideologia alemã*. Além disso, Marx planejava um segundo volume, de natureza “mais histórica”, sobre o desenvolvimento da teoria. (Marx, In:MEGA III/2, p. 23).

19 Marx anota, por exemplo, trechos em que MacCulloch decompõe o valor em dois aspectos, o valor de troca ou valor relativo duma mercadoria frente às demais, e valor em relação à quantidade de trabalho empregada. No primeiro caso, em razão das flutuações de oferta e demanda, o valor de troca pode sofrer variações frequentes. Assim, o preço de mercado e os custos de produção duma mercadoria podem ser divergentes durante certo período, embora exista a tendência à sua equiparação (Cf. Marx, In:MEGA IV/4, p. 276).

20 Interessa a Marx a resolução de Mill para o problema da taxa de lucro, que dependeria da diferença entre preço de trabalho e maquinaria e preço do produto.

marcando seus estudos sobre a questão do valor e formando sua concepção nos anos seguintes²¹. Conforme se viu no capítulo anterior, Marx criticava as soluções apresentadas pelos autores que lera sobre a flutuação dos preços em torno dos valores, a contradição entre essência e aparência na teoria.

A primeira obra gerada nesse período foi *Miséria da filosofia*, de 1847, fiel aos princípios propostos ao editor, um ano antes, de criticar as ideias filosóficas ao mesmo tempo em que se apresentam as novas concepções econômicas. Proudhon se prestava a isso, já que, de acordo com Marx, era mau filósofo e mau economista, dos mais influentes no movimento socialista.

A questão inicial sobre a qual Marx se debruça é a contradição apontada por Proudhon entre valor de troca e valor de uso. Para Proudhon, o valor de uso, a utilidade, torna-se valor de troca a partir das necessidades a serem satisfeitas pelo mercado e, por conseguinte, pela divisão do trabalho. Marx (*Œuvres. Économie I*, p. 10) diz:

Então, eu, eu tenho colaboradores, eles todos têm funções diversas, sem que para isso eu e todos os outros, sempre segundo a suposição do sr. Proudhon, tenhamos saído da posição solitária e pouco social dos Robinsons. Os colaboradores e as funções diversas, a divisão do trabalho, e a troca que ela implica, estão todos disponíveis.

Tal como qualquer economista vulgar, Proudhon parte de uma “robinsonada”, em que os indivíduos interagem para reciprocamente suprirem suas demandas. O individualismo metodológico de Proudhon será extremamente criticado por Marx, tematização inferior aos próprios economistas que pretende criticar ou até que desconsidera em sua pretensão de originalidade.

De fato, um dos aspectos centrais da *Miséria* é demonstrar a falta de originalidade das pretensões distorcidas de Proudhon. Assim, ao apontar as contradições da teoria do valor, notadamente entre valor de uso e valor de troca, Marx cita Sismondi e Lauderdale para demonstrar como a questão já havia sido tratada várias vezes antes. Para o primeiro, o aumento da produção, do valor de uso, implica diminuição da renda, do valor de troca acumulado. Para Lauderdale, o valor de troca diminui com o aumento da produção do valor de uso; em suma, para Marx, Proudhon acabava de descobrir a lei da oferta e da procura e ainda criticava os economistas por a terem desconsiderado. Proudhon, além disso, identifica valor de uso com oferta e valor de troca com demanda, ou seja, desenvolve uma lei unilateral, em que as interações entre produção e consumo são absolutamente desconsideradas. Para Marx, ao contrário, “A luta não se estabelece entre utilidade e opinião: ela se estabelece entre o valor venal que demanda o ofertante e o valor venal que oferta o demandante. O valor de troca do produto é, a cada vez, a resultante dessas apreciações contraditórias” (Marx, *Œuvres. Économie I*, p. 17). Ademais, essa estimativa, segundo o filósofo, não é em absoluto livre, um produtor se encontra imerso numa cadeia produtiva da qual obtém seus meios de produção e o consumo de um trabalhador, por exemplo, está longe de ser abstratamente determinado por sua própria vontade²². Interessante notar que Marx critica Proudhon por agregar consumidores e produtores em tipos ideais, “personagens quiméricos” que atuam como indivíduos.

A segunda questão tratada por Marx diz respeito ao “valor constituído” ou sintético, descoberta de Proudhon e que constitui, segundo ele próprio, “a pedra angular do sistema de contradições econômicas” (Marx, *Œuvres. Économie I*, p.20). Nessa seção, defenderá a teoria do valor de Ricardo, citando-a para criticar a formulação de Proudhon. Essa adesão à teoria ricardiana é sempre bastante discutida e deve ser considerada com prudência. Com efeito, já naquele período, não escapava a Marx o caráter da economia política. Na citada carta a Annenkov, ele afirma que Proudhon comete o mesmo erro dos economistas burgueses

(...) que veem nessas categorias econômicas leis eternas e não leis históricas, que são leis apenas para certo desenvolvimento histórico, para um desenvolvimento determinado das forças produtivas. Assim, em lugar de considerar as categorias político-econômicas como abstrações feitas das relações sociais reais, transitórias, históricas, o sr. Proudhon, por uma inversão mística, não vê nas relações reais senão incorporações dessas abstrações. (Marx, In:MEGA III/2, p. 75)

Em verdade, a obra de Proudhon continha os aspectos criticados por Marx na economia política, sem as virtudes dessa última. Assim, não parece lícito dizer que Marx seria ricardiano, *tout court*, mas que adota um aspecto da teoria ricardiana para criticar Proudhon, ou melhor, adota um aspecto da teoria ricardiana, ainda que crucial. O que Marx pretende demonstrar é o significado da obra de Ricardo, que “nos mostra o movimento real da produção burguesa, que constitui o valor” (Marx, *Œuvres. Économie I*, p.25), compreensão que Marx considera científica, enquanto a de Proudhon constitui abstração: Ricardo parte do movimento real para explicar o valor, enquanto Proudhon parte do valor para criar uma sociedade. Assim, o filósofo alemão endossa a teoria ricardiana, ao afirmar o seguinte:

21 Além desse estudo, Marx também toma várias notas sobre crises de sobreprodução.

22 Na carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, em que tece uma longa crítica a Proudhon, Marx afirma que “os homens não são árbitros livres de suas forças produtivas – que são a base de toda a sua história – porque toda força produtiva é uma força adquirida, o produto duma atividade anterior” (Marx, In:MEGA III/2, p. 71).

Uma vez admitida a utilidade, o trabalho é a fonte do valor. A medida do trabalho é o tempo. O valor relativo dos produtos é determinado pelo tempo de trabalho que foi necessário empregar para produzi-los. O preço é a expressão monetária do valor relativo de um produto. Enfim, o valor constituído dum produto é tão simplesmente o valor que se constitui pelo tempo de trabalho nele fixado. (Marx, *Œuvres. Économie I*, p. 20)²³

Assim, o valor do trabalho, expressão utilizada por Marx aqui e ainda por muitos anos, é tão somente o tempo de trabalho que é necessário (*qu'il faut*) para produzir o trabalho-mercadoria (*travail-merchandise*). Por isso, segundo Ricardo, é de interesse da sociedade e do capitalista, em particular, diminuir o custo de subsistência do trabalhador, corolário da teoria que muitos economistas franceses, segundo Marx, consideravam cínica, embora o cinismo se encontrasse nos fatos descritos pela teoria. Em suma, e este é um dos aspectos que mais interessa a Marx, na teoria do valor ricardiana está presente a compreensão do conflito distributivo entre lucro e salário, acumulação de capital e sua influência na formação do capital fixo e circulante.

O erro fundamental de Proudhon é distinguir o valor das mercadorias do valor do trabalho, ele mesmo mercadoria, o que lhe permite medir o valor de todas as mercadorias a partir do valor do trabalho, valor constituído, e assim defender a equalização de todos os salários na sociedade, isto é, a participação fixa de todos no produto social. Proudhon propõe que todos os produtos sejam trocados pelo seu custo de produção e, conseqüentemente, ele terá uma participação proporcional, valor relativo, no total da produção. Com isso, os trabalhadores todos trocariam o mesmo tempo de trabalho por diferentes mercadorias²⁴, já que receberiam por seu tempo de trabalho e não pelo tempo de trabalho necessário para a produção do próprio trabalho. Marx critica a formulação de Proudhon por fazer abstração dos elementos atuantes na indústria e na economia modernas, quais sejam, todos aqueles que promovem a constante diminuição do tempo de trabalho e, como resultado, incrementam a produção; em última análise, esquece-se de que o universo da indústria não se dá entre produtores autônomos, mas na interação e no confronto entre o trabalho e o trabalho acumulado. Os trabalhadores obteriam assim todo o produto de seu trabalho, medido em tempo de trabalho. Além disso, Proudhon desconsidera a anarquia do mercado, em que oferta e demanda interagem para fixar preços, mas não se equilibram perpetuamente. Em verdade, os desequilíbrios da economia capitalista decorrem justamente da preponderância da indústria, da oferta, em relação à demanda, da precedência da produção sobre o consumo. O referido autor não observa a preponderância da produção sobre a circulação, ou seja, o intercâmbio entre indivíduos segue o modo de disposição e distribuição das forças produtivas na sociedade, “Em geral – diz Marx (*Œuvres. Économie I*, p. 50) – a forma de troca de produtos corresponde à forma da produção. Modifique a última, e a primeira se encontrará modificada em consequência.”

Marx analisa, em seguida, algumas aplicações da teoria do *valor constituído*. A primeira delas sobre o dinheiro em que Marx aponta uma série de confusões e incompreensões. Segundo Marx, Proudhon desconhece a série de acontecimentos que levaram à adoção dos metais preciosos como dinheiro e, sobretudo, que o dinheiro se tornou dinheiro por uma escolha política, legal, mas pela necessidade social de um meio de intercâmbio. Essas mercadorias, porém, não deixam de possuir seu próprio valor de troca, fato criticado por Say e adotado, ao final, por Proudhon, que acaba defendendo que ouro e prata têm seu valor determinado pela oferta e demanda, tudo, ironiza Marx, para demonstrar que são as primeiras mercadorias que tiveram seu valor constituído.

A segunda questão é a do excedente do trabalho. Proudhon considera que o excedente decorre do fato de que o produto do conjunto dos indivíduos, a sociedade, excede o produto de cada indivíduo isolado, algo semelhante, segundo Marx, ao que ocorre com a sinergia gerada pelo trabalho conjunto de vários indivíduos, que mais tarde chamará de cooperação. Para explicar o excedente, Marx acompanha uma vez mais a tematização ricardiana sobre inovação e economia de tempo de trabalho, o que faz com que aumente a produção de mercadorias, permanecendo o mesmo valor, embora o lucro possa aumentar num primeiro momento, até que a concorrência equipare os lucros do setor ao dos demais. A questão central para Marx é que, com o aumento da força produtiva do trabalho, ou melhor, da força produtiva da sociedade, com o enriquecimento da sociedade como um todo, tal qual concebia Proudhon, como se explicar o aumento da miséria da maioria da população, da classe trabalhadora Marx responde a partir da sociedade inglesa, que multiplicou em cento e oito vezes a força produtiva de sua população em setenta anos:

Na sociedade inglesa, a jornada de trabalho adquiriu, então, em setenta anos, um excedente de 2700% de produtividade, quer dizer que, em 1840 produziu vinte e sete vezes a mais do que em 1770. Segundo o sr. Proudhon, seria necessário colocar a seguinte questão: por que o trabalhador inglês de 1840 não era vinte e sete vezes mais rico do que aquele de 1770? Formulando tal questão, poder-se-ia supor naturalmente que os ingleses teriam podido produzir essas riquezas sem que tivessem existido as condições históricas nas quais elas foram produzidas, tais quais: acumulação privada dos capitais, divisão moderna do trabalho, ateliê automático, concorrência anárquica, salariado, enfim, tudo isso sobre o que está baseado o antagonismo das classes. (Marx, *Œuvres, Économie I*, p. 70).

23 Páginas à frente, citando Sismondi, Marx afirma que não apenas tempo de trabalho, mas tempo mínimo de trabalho.

24 A essa altura do argumento, Marx desenvolve a questão sobre trabalho simples e complexo.

Vê-se, pois, como Marx consegue compreender a economia política que o precedeu e fazê-la avançar a partir de sua perspectiva histórica. Embora Smith e, sobretudo, Ricardo tenham compreendido a vinculação correta entre progresso técnico e lucro, entre progresso técnico e a “riqueza da nação”, para Marx, o motor do progresso das forças produtivas de seu tempo e de todo o capitalismo era a própria acumulação. E esse progresso, naturalmente, dava-se sob condições específicas, que não enriqueciam a todos por igual e, sobretudo, não seriam possíveis com a equalização de todos numa sociedade de produtores individuais, como pretendia Proudhon. Nada é dito aqui sobre a origem do excedente, como será feito nos anos posteriores, mas a dinâmica do sistema social, que impele à economia de tempo de trabalho e à produção crescente, fatores do excedente, intuições essenciais no futuro, está determinada aqui.

Com isso, Marx passa à análise do que chama “a metafísica da economia política”, contida no método que Proudhon apresenta em sua obra. Para tanto, o filósofo alemão apresenta sete observações, em homenagem às sete observações de Quesnay sobre seu *Tableau*. Como fundador da metafísica da economia política, Proudhon seria o novo Quesnay. Ele acreditava que sua tarefa seria ordenar logicamente as categorias da economia política, algo como a *Lógica* hegeliana, que organiza a experiência vivida em categorias abstratas, não necessariamente na ordem histórica dos acontecimentos. Segundo Marx, se os economistas, em geral, não fornecem a gênese das categorias que apresentam em suas teorias, Proudhon comete erro mais grave, toma essas categorias por princípios lógicos abstratos, dispondo-os em sua lógica a ser aplicada em qualquer tratado de economia. Aquilo que Hegel realizou com religião, direito, história, Proudhon pretendia fazer com a economia política. Esse seria seu método, transposto para a economia política. Tal como o Hegel criticado em 1843, Proudhon acaba por inverter o mundo da economia, transformando-o em fenômeno de princípios, as relações sociais, em encarnação das categorias da teoria. Com isso, ele seria o paroxismo da inversão ontológica, no interior da economia política. Marx (*Œuvres*. *Économie I*, p. 79) diz:

As relações sociais são intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens modificam seu modo de produção e, ao modificar o modo de produção, a maneira de ganhar sua vida, eles modificam todas as suas relações sociais. O moinho manual lhes dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial.

A economia política, do mesmo modo, não nasce abstratamente, fora do tempo, razão pela qual Marx considera Quesnay e não Aristóteles o primeiro economista. Suas ideias não nasceram *ex nihilo* e são tão eternas “quanto as relações que expressam”. Existe um movimento permanente “de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; o imutável existe apenas na abstração do movimento – *mors immortalis*.” (Ibid.)

Desse modo, Proudhon considera a divisão do trabalho, por exemplo, uma categoria eterna da sociedade, dialeticamente dotada de aspectos bons, a serem preservados, e ruins, a serem superados. Para ele, os economistas enfatizaram, sobretudo, os aspectos úteis da divisão do trabalho, o que leva Marx a citar diversos autores que fizeram exatamente o contrário, até mesmo Smith. Menciona Sismondi, Lemontey e, em especial, Ferguson cuja tematização sobre o tema receberá atenção de Marx ao longo de seus sucessivos escritos. Tanto no caso das vantagens, quanto das desvantagens, Marx demonstra a falta de originalidade de Proudhon, à luz dos economistas que pretendeu criticar e, além disso, ele não compreende o fenômeno da divisão do trabalho e nem da maquinaria, que confunde com o próprio ateliê e considera a antítese miséria gerada pela divisão do trabalho. Maquinaria e progresso técnico seriam consequências da divisão do trabalho, enquanto, para Marx, a maquinaria é uma força produtiva que leva a uma divisão do trabalho diferente: “O ateliê moderno, que repousa sobre a aplicação das máquinas, é uma relação social de produção, uma categoria econômica.” (Marx, *Œuvres*, *Économie I*, p.99). Partindo da categoria abstrata da divisão do trabalho, Proudhon fornece sua explicação histórica de como ela se formou, empregando, uma vez mais, o mesmo método hegeliano que Marx apontara páginas antes.

Como fizera em outros textos, Marx critica a perspectiva de Proudhon a partir de sua própria concepção, em verdade, como dissera ao editor de sua prometida crítica, pretende sempre expor sua posição para então criticar Proudhon. No caso da divisão do trabalho, revela-se mais claramente como essa posição ainda é fortemente influenciada pelos autores que lê, sem representar, contudo, uma adesão imediata a eles, como pretende, por exemplo, Mandel (1972). A primeira consideração de Marx é de que a divisão do trabalho, embora sempre tenha existido na sociedade, nunca foi regulada por qualquer autoridade e, no caso do ateliê moderno, a autoridade ali reinante decorreu exatamente da falta de autoridade e regulação da sociedade, isto é, a submissão do trabalhador à divisão do trabalho mais profunda supôs uma liberdade maior na sociedade em geral. Em última análise, para existir a redução do trabalho a um conjunto de operações muito simples, é necessário que exista o comando do capital. Portanto, é necessária a acumulação de capital na sociedade. A indústria moderna e a maquinaria pressupõem a acumulação do capital, o que, segundo o autor, supõe a depreciação da renda da terra e dos salários, fatos que têm início com a expansão do intercâmbio, dos mercados e dos meios de troca, a partir da expansão colonial. A partir disso, é possível concentrar muitos trabalhadores num só ambiente de trabalho, requisito para a posterior divisão

do trabalho e, mais tarde, para a adoção da maquinaria. Dessa forma, Marx demonstra como a divisão social do trabalho preconizada por Smith não é consequência da divisão no interior do ateliê, como pretende Proudhon, mas uma de suas causas. Ademais, a adoção da maquinaria tampouco representa a superação da divisão do trabalho, mas outro aspecto da concentração do capital e do exercício de sua autoridade sobre o trabalho. Divisão do trabalho e maquinaria potencializam-se mutuamente, constituindo fenômenos de um mesmo processo, evidente na indústria de larga escala: “Em suma, por meio da introdução das máquinas, a divisão do trabalho no interior da sociedade aumentou, a tarefa do operário no interior do ateliê simplificou-se, o capital foi reunido, o homem foi desmembrado.” (Marx, *Œuvres. Économie I*, p.106). Para arrematar, Marx cita Ure, contrapondo-o às citações eruditas que Proudhon faz de Smith, que descreveu a divisão do trabalho no nascimento do ateliê mecanizado, caracterizado antes pela especialização até o limite da “idiotia de ocupação”. Sem compreender esse fato, Proudhon propõe exatamente o controle de cada trabalhador sobre todo o processo de produção de uma dada mercadoria. Revela-se, com isso, um mero pequeno-burguês idealista.

A visão idealista de Proudhon também se apresenta em sua tentativa de resolver a contradição da competição, que pretende salvar, dadas suas vantagens. Uma vez mais, considera a competição uma categoria eterna da vida social, que deve ser modificada para se evitarem seus efeitos danosos, quais sejam, miséria, guerra civil, corrupção da consciência pública, da moralidade. Para Marx, ao contrário, a competição, embora sempre tenha existido, em primeiro lugar, modernamente, não é um fenômeno da atividade industrial, mas da circulação. Em segundo lugar, em muitos casos, decorre de certa “vertigem” em que toda a sociedade busca lucrar sem produzir. Parafraseando Proudhon, Marx afirma que a dialética entre concorrência e monopólio pode ser observada desde sempre, tendo o monopólio feudal gerado a competição moderna, que engendrou o monopólio. O monopólio, por sua vez, se mantém apenas por meio da própria competição.

Em seguida, Marx considera a questão da propriedade privada sob a mesma perspectiva dos *Manuscritos*. A propriedade burguesa, para ele, constitui o conjunto das relações sociais de produção burguesa. Torná-la uma categoria abstrata, uma relação independente, portanto, é meramente uma “ilusão de metafísica ou de jurisprudência” (Marx, *Œuvres. Économie I*, p. 118). Proudhon não se contenta com essa ilusão, afirma que a propriedade e a renda possuem origem extraeconômica, ela teria algo de místico e misterioso. Para Marx, nesse momento, Proudhon renuncia à ciência econômica, ao atribuir caráter misterioso à relação entre produção e distribuição dos instrumentos de produção. Ele utiliza, para criticar Proudhon, a teoria ricardiana da renda. Em sentido ricardiano, diz, a renda “é a propriedade da terra em estado burguês: quer dizer, a propriedade feudal que se submeteu às condições da produção burguesa” (Ibid., p.120). Para Marx, a renda decorre do confronto entre o proprietário da terra e o capitalista industrial, ao contrário do que supõe Proudhon, que considera o arrendatário e o camponês os verdadeiros explorados e faz a renda decorrer dessa exploração. Seguindo Ricardo, Marx afirma que o proprietário da terra explora, em verdade, todo o sistema produtivo, apropriando-se do excedente sobre todos os custos de produção, ou seja, do lucro e, por conseguinte, da diferença entre taxa de lucro e de salários. Assim, como Ricardo, considera, portanto, que a origem da renda da terra se encontra no desenvolvimento do capitalismo industrial. Ao contrário de Ricardo, porém, não tenta estender essa determinação a todos os períodos históricos. Ademais, a própria noção de fertilidade, crucial para a teoria ricardiana, também é socialmente determinada, decorrendo da própria demanda do mercado gerado pela industrialização. Em decorrência, a expansão de pastagens pode diminuir o terreno fértil cultivado, aumentando com isso a renda da terra.

Na última seção de sua crítica, Marx se dedica à questão de salários e preços, a partir da afirmação de Proudhon que um aumento salarial obtido por meio de greves apenas gera aumento *geral* de preços, “como dois e dois são quatro”. Em primeiro lugar, diz Marx, “aumento ou queda de lucros e salários apenas expressam a proporção na qual os capitalistas e os trabalhadores participam no produto de uma jornada de trabalho, sem influenciar, na maioria dos casos, o preço do produto” (Ibid., p.130). Isso decorre do fato de que um aumento de salários tem efeito diverso, conforme a relação entre capital fixo e trabalho manual da indústria, fazendo com que seus preços aumentem ou simplesmente haja uma queda do lucro. Além disso, diz Marx, a utilização de greves serviu, em grande medida, para que novas máquinas fossem empregadas em substituição ao trabalho manual, notadamente na Inglaterra. Com efeito, na Inglaterra, ao longo das primeiras décadas do século dezanove, as leis se tornaram gradualmente mais liberais a respeito das greves e sindicatos, exatamente porque o progresso e a prosperidade experimentados pela indústria tornaram as greves, segundo o mesmo autor, instrumentos normais e muitas vezes pouco eficazes de aumento salarial.

Marx encerra a *Miséria da filosofia* com considerações sobre a coalizão de trabalhadores. A coalizão é corolário da própria indústria de larga escala, que “aglomera num local uma massa de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência lhes divide os interesses. A manutenção do salário, porém, esse interesse comum que possuem contra seu patrão, as reúne num mesmo pensamento de resistência – a *coalizão*” (Marx, *Œuvres. Économie I*, p.134). A coalizão de trabalhadores e outros meios de organização dos trabalhadores como classe, segundo o pensador, são objeto de medo e desdém combinados. Trata-se, porém, da contradição levada até seu paroxismo e, por isso, não pode causar surpresa que uma sociedade baseada no antagonismo de classes se revele contraditória,

motivação de todo o livro de Proudhon criticado por Marx. Assim, até a revolução, a última palavra das ciências sociais deve ser sempre “a luta ou a morte”. A economia política é também expressão dessa contradição e sua resolução não pode ser postulada pela idealidade, mas apenas pela prática.

Trabalho assalariado e capital

Como última passagem dessa primeira fase da crítica da economia política, cabe citar o panfleto “Trabalho assalariado e capital”, concebido em 1847 para uma série de palestras na Liga dos trabalhadores alemães, em Bruxelas, e publicado em 1849 na *Nova Gazeta Renana*. Foi publicado, portanto, depois dos acontecimentos de 1848 e o objetivo de Marx foi aprofundar, para seus leitores, as próprias relações econômicas, que “se desenvolveram em formas políticas colossais” no ano anterior e nas quais se funda a “existência da burguesia e seu domínio de classe, assim como a escravidão do trabalhador” (Marx, In:MEW 6, p. 398). Assim como fizera nas últimas linhas da *Miséria da filosofia*, Marx desenvolve seu texto despido de “formas políticas colossais”, mas consciente de que até a ciência econômica tem um caráter instrumental, uma utilidade na luta de classes, reiterando as escolhas teóricas feitas em 1844.

Lamentavelmente, esse trabalho foi editado por Engels em 1891, com modificações para torná-lo compatível com as obras que viriam a seguir. De acordo com Engels, foi realizada apenas uma modificação significativa: a substituição da palavra *trabalho* pela expressão *força de trabalho*. Esse procedimento, acreditava ele, teria sido adotado pelo próprio Marx, para marcar as diferenças entre sua teoria e a economia política clássica. Como já se viu nos textos anteriores, Marx ainda não distingue *trabalho* de *força de trabalho*, considera o próprio trabalho a mercadoria que o trabalhador vende para o capitalista²⁵. De todo modo, nessa época, já estava claro para Marx que um dos problemas da teoria do valor de Smith e também de Ricardo foi a imprecisão na determinação do valor dessa mercadoria. Em sua polêmica com Proudhon, demonstra claramente que a determinação correta do valor do trabalho, ou da força de trabalho, será fundamental para a correta determinação teórica do valor de todas as mercadorias. Essa posição, ainda que desprovida do rigor que alcançará, nas obras subsequentes, ganha contornos mais precisos em 1847.

Novamente em “Trabalho assalariado e capital”, Marx determina o salário não como uma participação do próprio trabalhador em seu produto. Trata-se antes do preço de uma mercadoria como outra qualquer. Salário é tão somente o preço do trabalho, mercadoria, nesse nível de análise, considerada comum. Diz Marx (In:MEW 6, p. 399): “O valor de troca de uma mercadoria, estimado em *dinheiro*, é chamado precisamente seu *preço*.” O salário, portanto, é tão somente o preço pago por uma mercadoria peculiar, depositada na carne e no sangue humanos. Uma vez pago o salário, com uma parte do estoque do capital, da riqueza existente, o capitalista adquire uma mercadoria a ser empregada na produção, tanto quanto a matéria-prima e a maquinaria. Com isso, Marx se insurge contra as afirmações de que o trabalhador recebe uma parte do próprio produto como salário. O trabalho é uma mercadoria vendida pelo seu proprietário com o único objetivo de sobreviver. Essa mercadoria tem seu valor determinado do mesmo modo que as outras mercadorias.

Assim, Marx passa à questão da determinação do preço das mercadorias. Uma vez mais para ele, o preço de uma mercadoria é determinado por seus custos de produção, que são iguais ao tempo de trabalho requerido na sua produção,

(...) pois os custos de produção consistem em 1) matérias-primas e depreciação de instrumentos, isto é, em produtos industriais cuja produção custou certa soma de dias trabalho, portanto, que representam certa soma de tempo de trabalho e 2) trabalho imediato, cuja medida é precisamente o tempo. (Marx, In:MEW 6, p.406).

Marx demonstra, de modo convencional, como o preço das mercadorias sempre tende para o equilíbrio em torno dos custos de produção, graças à ação da oferta e da demanda. Além disso, um preço abaixo dos custos de produção sempre é compensado pela troca com outra mercadoria cujo preço se encontra acima desses custos. E mais, a competição de capitais, deslocando-se para setores cujo preço se encontra muito acima dos custos, faz com que, ao final, oferta e demanda sempre se equilibrem e, por isso, o preço acabe por ser determinado pelos custos de produção e, conseqüentemente, pelo tempo de trabalho. Ressalta, porém, que o equilíbrio descrito é um acidente, ao contrário do que pensam os economistas burgueses, e que a lei é exatamente o desequilíbrio permanente, até as situações mais agudas de crise.

Diante disso, dentro das flutuações comuns do mercado, o preço do trabalho também é determinado por seus custos de produção, quais sejam, aqueles requeridos para “manter o trabalhador como trabalhador e para formá-lo trabalhador” (MEW 6, p. 406). Assim, menores serão os salários quanto menor for o tempo para manter e, também, para treinar o trabalhador. Em última análise, diz Marx, o custo de produção do trabalho é a própria existência do trabalhador e sua reprodução. E a flutuação do mercado faz com que esse salário tenda para o

²⁵ Para as citações deste texto, será utilizada a terminologia original, referida em notas pelo editor da *Werke*.

mínimo de salário, nem sempre o mínimo para o indivíduo, mas certamente para o conjunto dos trabalhadores.

Como todas as mercadorias são produzidas pelo trabalho e como todos os componentes do capital são mercadorias, pode-se concluir facilmente que o capital é apenas trabalho acumulado, empregado em novo ciclo produtivo. O fato de ser um conjunto de mercadorias, de trabalho acumulado, de valor de troca, porém, não basta para configurar o capital. De fato, o capital supõe um conjunto de relações sociais de produção, determinadas pelos meios de produção material. Somente assim ele faz com que determinadas mercadorias sejam produzidas, alocadas e movidas pelo trabalho, ele próprio submetido a determinadas relações. Cabe determinar, porém, o que faz com que esse vetor de mercadorias se torne capital. Marx diz:

Do fato de que ele, como uma potência social autônoma, isto é, como a potência duma parte da sociedade, se conserva e se multiplica por meio da troca com o trabalho vivo imediato. A existência duma classe que nada possui além da capacidade de trabalho (*Arbeitsfähigkeit*) é um pressuposto necessário do capital. Somente o domínio do trabalho acumulado, passado, objetivado sobre o trabalho vivo, imediato transforma o trabalho acumulado em capital” (Ibid. p. 409).

Ainda que com outros contornos, aqui aparece a determinação recíproca entre trabalho vivo e trabalho objetivado, que será reproduzida em todos os esboços de *O capital*. Além disso, também surge a intuição, ainda sem o lastro de uma teoria do valor rigorosa, da troca entre trabalho vivo e trabalho objetivado, passado como fonte da conservação e da multiplicação do capital. Há que se notar que, neste texto, não é citada sem o destaque anterior, a “propriedade privada”, sem atributos e determinações. Com efeito, nos textos anteriores, a “propriedade privada” organizava o eixo analítico em torno do qual cabia situar o *trabalho alienado* e a própria sociabilidade alienada. Em “Trabalho assalariado e capital”, fica clara a distinção, a precisão histórica: “Uma máquina de fiar algodão é uma máquina que fia algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna *capital*.” (Marx, *MEW* 6, p. 407). Uma questão terminológica exprime a questão econômica: como se viu no exame da *Crítica de 43* e nos textos dela resultantes, a propriedade privada ainda não havia merecido qualquer consideração histórica, foi considerada abstratamente ou como aspecto perene da vida humana, desde Roma até o morgadio medieval. Nos *Manuscritos*, a questão se colocou, mas ainda sob a mesma terminologia. Aqui a distinção resta clara, a especificidade do capital e de sua sociabilidade. E, com isso, um dos maiores equívocos de Smith, Ricardo e todos os demais: as características individuais permanentes da vida humana, empreendimento, capacidade de intercâmbio etc. não são suficientes para configurar a novidade que a própria economia política captou, a sociabilidade do capital. Somente sob certas condições, relações específicas e a configuração de uma nova mercadoria, pode o valor de troca se tornar capital e submeter a sociedade à sua dinâmica.

No que segue do texto, Marx desenvolve uma teoria do lucro, ainda influenciada por Ricardo, em verdade, inferior à teoria ricardiana. Ele distingue salário real de salário relativo, que seria a participação do trabalhador no novo valor que cria. Em relação ao salário real, Marx concorda com os economistas que os interesses de capitalista e trabalhadores são os mesmos, já que acumulação de capital aumenta a demanda por trabalho e também os salários. Quanto ao salário relativo, porém, os interesses são diametralmente opostos, já que o interesse do capitalista será sempre reduzir a participação do trabalhador no excedente, no “novo valor criado”. Assim, pode-se formular a “lei geral de queda e aumento do salário e do lucro”: “Eles se encontram em proporção inversa. A participação do capital, o lucro, aumenta na mesma proporção em que diminui a participação do trabalho, o salário diário, e inversamente. O lucro aumenta na medida em que o salário diminui, ele diminui na medida em que o salário aumenta.” (Ibid, p.414). O lucro geral da classe capitalista, abstraídos ganhos extraordinários e flutuações, sempre decorre do ganho que o trabalho acumulado efetua em relação com o trabalho direto. Esse ganho, Marx arremata, aumenta ainda mais com a introdução de maquinaria e aprimoramento da divisão do trabalho, já que o trabalho se torna mais supérfluo e, com isso, mais barato, graças à competição a sua simplificação etc. Essa situação, que amplia a acumulação, o pensador diz, é a mais benigna para o trabalhador e, ainda assim, lhe é sempre prejudicial.

Considerações finais

O primeiro ciclo da crítica da economia política se encerra tal qual foi concebido por seu autor: como arma na luta de classes. As questões formuladas nas obras analisadas receberão resposta ao longo dos anos seguintes. Os problemas fundamentais, porém, estão colocados já nestes anos de formação. Com efeito, a questão fundamental daqueles anos estava respondida no confronto com Hegel e, na primeira crítica, a centralidade do trabalho e seu caráter alienado na modernidade. Seu confronto, sua troca com o capital ainda resta sem resolução, como se viu no último texto analisado; portanto, a crítica da economia política ainda não dá resposta àquilo que é o essencial na própria economia política, a permanecer sem solução, sem interrogação específica: a natureza do excedente, sua origem e o conflito de sua distribuição.

Por outro lado, porém, está consolidada a intuição que orientará a pesquisa das duas décadas seguintes, até a publicação de *O capital*: a gênese das categorias econômicas a partir de relações de produção historicamente

localizadas, determinadas, por sua vez, pelo acúmulo e pela aquisição de forças produtivas das quais o homem não é árbitro soberano. Assim, dinheiro, valor, capital, força de trabalho, forças produtivas, cooperação, maquinaria, divisão do trabalho não são entes desencarnados que transitam pelos tempos imemoriais, mas têm sua gênese desvendada na processualidade histórica do metabolismo entre homem e natureza, ativado e efetivado pela atividade sensível. A primeira crítica da economia política, portanto, é antes de tudo uma crítica da especulação, a mesma que incidiu sobre a filosofia hegeliana, capaz de compreender a realidade, mas também de desontologizá-la, transformando o ser em predicado abstrato do pensamento. O primeiro combate com a economia política representa o reconhecimento positivo do trabalho e sua centralidade na vida humano-social e, por outro lado, sua denegação tanto pela sociabilidade do capital quanto por sua formação ideal, a economia política. Parece sintomático, assim, que a obra econômica de Marx não se tenha desenvolvido apenas em sua parte positiva, em seu caráter instaurador. Foi necessário que se formasse como crítica, porque se propôs a enfrentar a formação ideal acabada da sociabilidade do capital. Denunciar seu caráter de tudo conferir ao trabalho, mas nada lhe dar de fato, é criticar a própria realidade que pretendeu compreender e a tornou possível.

Referências bibliográficas

- CHASIN, I. A forma-sonata beethoveniana: o drama musical iluminista. *Ensaaios Ad Hominem*. Santo André, n. 1, t. 2., 1999.
- CHASIN, J. *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- GIANNOTTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo, Difel, 1966.
- COSTA, M. H. M. *As categorias Lebensäußerung, Entäußerung, Entfremdung e eräußerung nos Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844*. 1999. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LUKÁCS, G. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. Munique, Luchterhand Verlag, 1984.
- MANDEL, E. *La formation de la pensée économique de Karl Marx*. Paris, Maspero, 1972.
- MARX, K. ENGELS, F. *Werke*, 6. Berlim, Dietz Verlag, 1968.
- _____. *Gesamtausgabe*, I/2. Berlim, Dietz Verlag, 1975.
- _____. *Gesamtausgabe*, 1/10. Berlim, Dietz Verlag, 1977.
- _____. *Werke*, 1. Berlim, Dietz Verlag, 1978.
- _____. *Gesamtausgabe*, IV/2. Berlim, Dietz, 1981.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981.